



1ª FASE - OAB 44

REVISÃO FINAL

2 semanas de conteúdo gratuito
para alcançar **40 pontos sem
perder tempo.**

ESTRATÉGIA OAB

ESTRATÉGIA OAB





Prof.^a Rodrigo Martins

1ª FASE - OAB 44
REVISÃO
FINAL



@professorrodrigomartins



ACESSE POR AQUI OU NO
LINK DA DESCRIÇÃO



E fique ligado!

Durante as transmissões, a nossa **Corujita vai voar na sua tela** com **MENSAGENS SECRETAS**. Será **uma por dia**.

Junte todas as palavras e, ao final da revisão final, envie para nós. Quem fechar tudo vai concorrer aos nossos Vade-Mécuns de 2ª fase + kit da Coruja!

REVISÃO DE VÉSPERA



ACESSE POR AQUI OU NO
LINK DA DESCRIÇÃO

Estratégia OAB

1ª fase | OAB 44



+ de 10h de aulas ao vivo das 20 disciplinas!

16/08, 7h



Material de Apoio

teoria, Mapas Mentais, resumos, questões e gravações das aulas.



PodCast Café SEM Ética

No dia da prova, confira as apostas finais com boas risadas para aliviar a tensão.
17/08, 9h



Gabarito Extraoficial

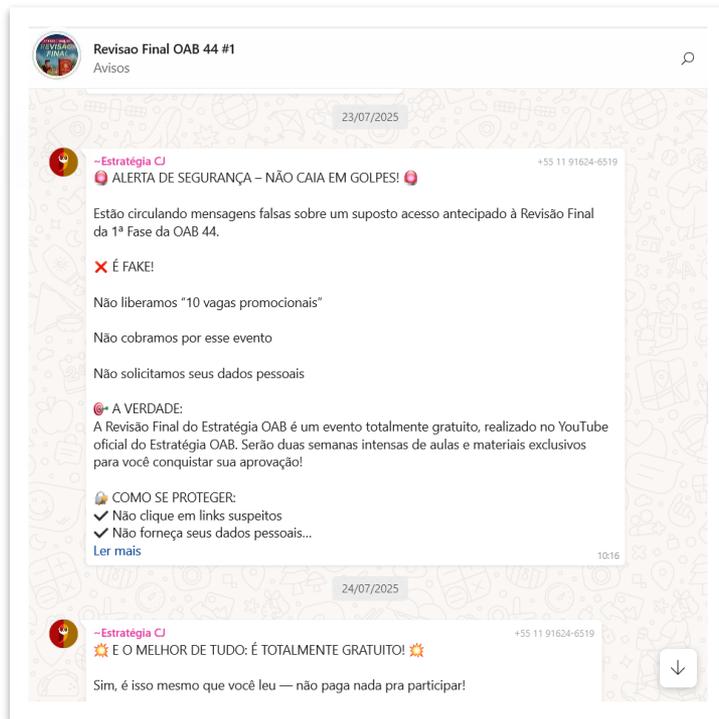
Vamos corrigir a prova em primeira mão para você!
17/08, 17h



TUDO PELO NOSSO CANAL EXCLUSIVO!

1ª FASE - OAB 44

REVISÃO
FINAL



ACESSE POR AQUI OU NO
LINK DA DESCRIÇÃO

1ª FASE - OAB 44

REVISÃO
FINAL



Direito Financeiro

Revisão Final

ESTRATÉGIA OAB





Revisão Final OAB 44 | **Direito Financeiro**

- 🔒 1. Leis orçamentárias
- 🔒 2. Créditos adicionais na LOA
- 🔒 3. Precatório e Requisição de Pequeno Valor (RPV)
- 🔒 4. Limites relativos às despesas com pessoal
- 🔒 5. Controle da administração pública



1ª FASE - OAB 44

REVISÃO
FINAL



Dica 1/5

Leis Orçamentárias

ESTRATÉGIA OAB





1/5 Leis orçamentárias Incidência: ALTA Caiu em 5 Exames

1ª FASE - QAB 44

REVISÃO
FINAL

QUADRO COMPARATIVO DAS LEIS ORÇAMENTÁRIAS

	PPA	LDO	LOA
Tipo de lei	Lei Ordinária	Lei Ordinária	Lei Ordinária
Iniciativa do PL	Iniciativa privativa do Poder Executivo	Iniciativa privativa do Poder Executivo	Iniciativa privativa do Poder Executivo
Aprovação da lei	Aprovação privativa pelo Poder Legislativo	Aprovação privativa pelo Poder Legislativo	Aprovação privativa pelo Poder Legislativo
Origem	Deve ser aprovada em âmbito Federal, em âmbito Estadual, no Distrito Federal e pelos Municípios, por cada uma das entidades federativas	Deve ser aprovada em âmbito Federal, em âmbito Estadual, no Distrito Federal e pelos Municípios, por cada uma das entidades federativas	Deve ser aprovada em âmbito Federal, em âmbito Estadual, no Distrito Federal e pelos Municípios, por cada uma das entidades federativas
Prazo limite de envio ao Legislativo	31/08 (4 meses antes do encerramento do primeiro exercício financeiro após o início do mandato)	15/04 (8 meses e meio antes do encerramento do exercício financeiro)	31/08 (quatro meses antes do encerramento do exercício financeiro)



1/5 🗝️ Leis orçamentárias 🔥 Incidência: ALTA 🚀 Caiu em 5 Exames

1ª FASE - QAB 44

REVISÃO
FINAL

	PPA	LDO	LOA
Prazo limite de devolução ao Executivo para Sanção	22/12 (encerramento da sessão legislativa)	17/07 (do primeiro período da sessão legislativa).	22/12 (encerramento da sessão legislativa)
Início de vigência	Data da Publicação	Data da Publicação	1º/01 do ano a que se refere
Final de vigência	31/12 do ano seguinte ao do término do mandato do chefe do Poder Executivo	31/12 do ano a que se refere	31/12 do ano a que se refere
Periodicidade	Quadrienal	Anual	Anual
Objetivos	Planejamento estratégico de médio prazo	Indicar as programações que devem ser contempladas na LOA seguinte	Planejamento operacional de curto prazo
Conteúdo	Estabelece as D.O.M (Diretrizes, Metas) da Administração Pública	Estabelece as M.P. (Metas e Prioridades) da Administração Pública e orienta a elaboração da LOA	Estima e receita e fixa a despesa



1/5  Leis orçamentárias  Incidência: ALTA  Caiu em 5 Exames

1ª FASE - OAB 44
REVISÃO
FINAL

Como caiu na prova?

O prefeito do Município Alfa, em determinado exercício financeiro, na primeira semana do seu mandato, convocou todos os seus secretários, assessores e consultores para definir a política financeira da sua gestão. Na reunião, ele questionou alguns aspectos do orçamento público municipal. Diante desse cenário, considerando que a Lei Orgânica Municipal reproduz as mesmas normas do Direito Financeiro da Constituição Federal de 1988, inclusive quanto aos prazos, assinale a opção que indica a informação que você, na qualidade de consultor(a) jurídico(o), corretamente prestou.



1/5  Leis orçamentárias  Incidência: ALTA  Caiu em 5 Exames

1ª FASE - OAB 44
REVISÃO
FINAL

Como caiu na prova?

A) Ele deverá usar, no primeiro ano do mandato, a Lei Orçamentária Anual (LOA), cuja proposta foi elaborada pelo prefeito antecessor e por este encaminhada à Câmara de Vereadores que a aprovou.

B) Ele deverá editar, antes do fim do primeiro biênio de seu mandato, um decreto contendo o Plano Plurianual (PPA), que vigorará ao longo dos quatro anos subsequentes, cujo conteúdo orienta e vincula a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA) e da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).



1/5  Leis orçamentárias  Incidência: ALTA  Caiu em 5 Exames

1ª FASE - OAB 44
REVISÃO
FINAL

Como caiu na prova?

C) Ele terá que encaminhar para a Câmara de Vereadores, até 31 de outubro do mesmo ano, o projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício financeiro seguinte.

D) Ele deverá adotar a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que vigerá por quatro anos, a fim de acompanhar a vigência do Plano Plurianual (PPA).



Dica 2/5

Créditos adicionais na

LOA

—
ESTRATÉGIA OAB





Lei 4.320/64: Art. 41. Os créditos adicionais classificam-se em:

- I - suplementares, os destinados a reforço de dotação orçamentária;
- II - especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica;
- III - extraordinários, os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.



2/5  Créditos adicionais na LOA  Incidência: ALTA  Caiu em 1 Exame

1ª FASE - OAB 44
REVISÃO
FINAL

Lei 4.320/64: Art. 42. Os créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo.

Lei 4.320/64: Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer à despesa e será precedida de exposição justificativa. .



2/5  Créditos adicionais na LOA  Incidência: ALTA  Caiu em 1 Exame

1ª FASE - OAB 44
REVISÃO
FINAL

CF/88: Art. 167. São vedados:
(...)

§ 3º A abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública, observado o disposto no art. 62.



2/5  Créditos adicionais na LOA  Incidência: ALTA  Caiu em 1 Exame

1ª FASE - OAB 44
REVISÃO
FINAL

Como caiu na prova?

Em um determinado ano, diante de grave impasse entre o Poder Executivo federal e o Congresso Nacional, o que vem dificultando a aprovação das leis orçamentárias, e em face da relevância e urgência em autorizar a realização de uma série de despesas públicas, o chefe do Poder Executivo avalia a hipótese de adotar Medidas Provisórias para legislar sobre o tema, especialmente sobre o plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, abertura de créditos suplementares, especiais e extraordinários.



2/5  Créditos adicionais na LOA  Incidência: ALTA  Caiu em 1 Exame

1ª FASE - OAB 44
REVISÃO
FINAL

Como caiu na prova?

Diante desse cenário, à luz da CRFB/88, assinale a afirmativa correta.

- a)** A Medida Provisória pode ser usada apenas para abrir crédito suplementar ou especial voltado a atender a despesas de saúde e educação.
- b)** A instituição da lei de diretrizes orçamentárias e da lei do orçamento anual, em caso de urgência e relevância, pode ser feita por Medida Provisória, mas não a instituição do Plurianual.



2/5  Créditos adicionais na LOA  Incidência: ALTA  Caiu em 1 Exame

1ª FASE - OAB 44
REVISÃO
FINAL

Como caiu na prova?

c) A abertura de crédito extraordinário por meio de Medida Provisória somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública.

d) A Medida Provisória para dispor sobre qualquer matéria orçamentária, pode ser editada, desde que haja relevância e urgência, e que seja aprovada pelo Congresso Nacional no prazo de 60 (sessenta) dias.



Dica 3/5

Precatório e Requisição de Pequeno Valor (RPV)

ESTRATÉGIA OAB





3/5  Precatório e RPV  Incidência: ALTA  Caiu em 1 Exame

1ª FASE - OAB 44
REVISÃO
FINAL

FILA DE PAGAMENTO

1º	Requisições de Pequeno Valor (RPV's): 60 salários mínimos em âmbito federal; 40 salários-mínimos no âmbito dos Estados e do Distrito Federal; 30 salários-mínimos no âmbito dos Municípios.	
2º	Precatório Alimentar	SUPERPREFERENCIAL (decorrentes de salários, vencimentos, proventos, pensões e suas complementações, benefícios previdenciários e indenizações por morte ou por invalidez, fundadas em responsabilidade civil, cujos titulares, originários ou por sucessão hereditária, tenham no mínimo 60 anos de idade, portadores de doença grave ou pessoas com deficiência).
3º		PREFERENCIAL (decorrentes de salários, vencimentos, proventos, pensões e suas complementações, benefícios previdenciários e indenizações por morte ou por invalidez, fundadas em responsabilidade civil , dos demais titulares que não se enquadram na situação acima)
4º	Comum	



3/5  Precatório e RPV  Incidência: ALTA  Caiu em 1 Exame

1ª FASE - OAB 44
REVISÃO
FINAL

Como caiu na prova?

João ganhou uma ação movida em face do Estado Gama, na qual este foi condenado a pagar o equivalente a 30 salários mínimos a título de danos morais pelo uso indevido de sua imagem em uma publicidade institucional do governo estadual. A ação transitou em julgado em 15 de julho de 2022. Seu advogado verifica que não há legislação específica estadual acerca de prazos e limites de valores sobre pagamentos pela Fazenda Pública em caso de condenação judicial. Diante desse cenário, e à luz da Constituição Federal de 1988, João receberá o valor a que tem direito.



3/5  Precatório e RPV  Incidência: ALTA  Caiu em 1 Exame

1ª FASE - OAB 44
REVISÃO
FINAL

Como caiu na prova?

a) por meio de precatório alimentar, que tem prioridade em relação aos demais, dentro do próprio ano do trânsito em julgado.

b) por meio de Requisição de Pequeno Valor (RPV).



3/5  Precatório e RPV  Incidência: ALTA  Caiu em 1 Exame

1ª FASE - OAB 44
REVISÃO
FINAL

Como caiu na prova?

- c)** por meio de precatório comum, a ser pago no ano seguinte ao do trânsito em julgado da condenação judicial.

- d)** em dinheiro, no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados da intimação da Fazenda Pública do trânsito em julgado da ação, através de transferência bancária entre a instituição financeira que administra o tesouro estadual e o banco em que João tem sua conta.



Dica 4/5

Limites relativos às despesas com pessoal

ESTRATÉGIA OAB





4/5  Limites das despesas com pessoal  Incidência: ALTA  Caiu em 1 Exames

1ª FASE - OAB 44
REVISÃO
FINAL

LIMITES DAS DESPESAS COM PESSOAL EM RELAÇÃO À RCL

União	50%
Estados, Distrito Federal e Municípios	60%



4/5 🔒 Limites das despesas com pessoal 🔥 Incidência: ALTA 🚀 Caiu em 1 Exames

1ª FASE - OAB 44
REVISÃO
FINAL

Se não alcançada a redução do excesso, o Poder ou órgão não poderá:

- ✓ Receber transferências voluntárias;
- ✓ Obter garantia, direta ou indireta, de outro ente;
- ✓ Contratar operações de crédito, ressalvadas as destinadas ao pagamento da dívida mobiliária e as que visem à redução das despesas com pessoal.



4/5  Limites das despesas com pessoal  Incidência: ALTA  Caiu em 1 Exames

1ª FASE - OAB 44
REVISÃO
FINAL

Como caiu na prova?

Em certo período de apuração, a despesa total de pessoal da União alcançou o patamar de 60% da receita corrente líquida (RCL), de acordo com os critérios de cálculo estabelecidos na Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF). Sobre o patamar alcançado, assinale a afirmativa correta.



4/5  Limites das despesas com pessoal  Incidência: ALTA  Caiu em 1 Exames

1ª FASE - OAB 44

REVISÃO
FINAL

Como caiu na prova?

A) Viola o limite válido para a esfera federal estabelecido na LRF, que é expressamente previsto em 45% da RCL.

B) Viola o limite válido para a esfera federal estabelecido na LRF, que é expressamente previsto em 50% da RCL.



4/5  Limites das despesas com pessoal  Incidência: ALTA  Caiu em 1 Exames

1ª FASE - OAB 44
REVISÃO
FINAL

Como caiu na prova?

- C)** Situa-se abaixo do limite válido para a esfera federal estabelecido na LRF, que está expressamente previsto em 70% da RCL.
- D)** Mantém-se dentro do limite válido para a esfera federal estabelecido na LRF, uma vez que configura o limite previsto naquela norma jurídica.



Dica 5/5

Controle da administração pública

ESTRATÉGIA OAB





5/5  Controle da administração pública  Incidência: ALTA  Caiu em 1 Exame

1ª FASE - OAB 44

REVISÃO
FINAL

CF/88: Art. 70. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.



5/5  Controle da administração pública  Incidência: ALTA  Caiu em 1 Exame

1ª FASE - OAB 44

REVISÃO
FINAL

Parágrafo único. Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assumas obrigações de natureza pecuniária.



Como caiu na prova?

A Escolinha do Gol, entidade privada sem fins lucrativos, que realiza sua função social de fomento ao esporte no Município Alfa, Estado Beta, entre os anos de 2020 a 2022, recebeu diretamente da União a quantia de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) para financiar seu programa beneficente de ensino e treinamento de futebol para crianças carentes da localidade. Pedro, administrador da instituição e técnico de futebol da escolinha, recebeu, em janeiro de 2023, uma notificação do Tribunal de Contas da União (TCU) intimando a instituição a prestar contas dos recursos recebidos no prazo de 30 (trinta) dias,...



Como caiu na prova?

sob pena da imediata devolução, acrescida de juros, correção monetária e multa. Tendo Pedro aplicado 100% dos recursos recebidos nas atividades da escolinha, contrata você, como advogado, para orientá-lo sobre a notificação. Diante desse cenário, assinale a opção que apresenta sua orientação.

A) Por não se tratar de uma entidade pública, e sim de uma instituição privada, não se submete à fiscalização e ao controle de qualquer Tribunal de Contas.



5/5  Controle da administração pública  Incidência: ALTA  Caiu em 1 Exame

1ª FASE - OAB 44
REVISÃO
FINAL

Como caiu na prova?

B) Não pode o TCU fiscalizar e controlar tais repasses, cabendo apenas ao Tribunal de Contas do Estado Beta, por ser o Município Alfa destinatário e efetivo usuário de tais recursos repassados.

C) É devida a prestação de contas de qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada que receba e utilize dinheiro público.



5/5 🔒 Controle da administração pública 🔥 Incidência: ALTA 🚀 Caiu em 1 Exame

1ª FASE - OAB 44
REVISÃO
FINAL

Como caiu na prova?

D) Apenas deverão prestar contas dos recursos públicos sob recebidos aqueles que os aplicarem em atividade diversa da originalmente estabelecida ou que não os tenham aplicado integralmente.

REVISÃO DE VÉSPERA



ACESSE POR AQUI OU NO
LINK DA DESCRIÇÃO

Estratégia OAB

1ª fase | OAB 44



+ de 10h de aulas ao vivo das 20 disciplinas!

16/08, 7h



Material de Apoio

teoria, Mapas Mentais, resumos, questões e gravações das aulas.



PodCast Café SEM Ética

No dia da prova, confira as apostas finais com boas risadas para aliviar a tensão.
17/08, 9h



Gabarito Extraoficial

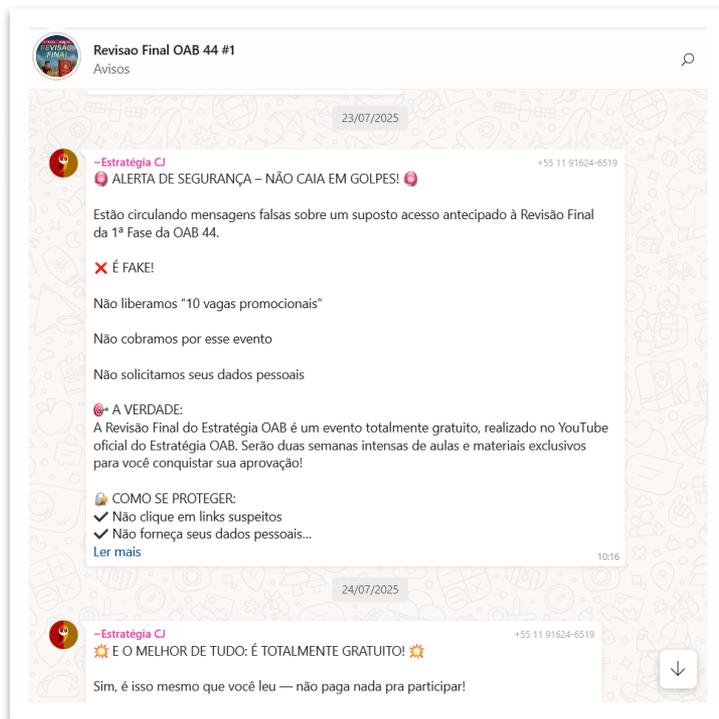
Vamos corrigir a prova em primeira mão para você!
17/08, 17h



TUDO PELO NOSSO CANAL EXCLUSIVO!

1ª FASE - OAB 44

REVISÃO
FINAL



ACESSE POR AQUI OU NO
LINK DA DESCRIÇÃO

1ª FASE - OAB 44

REVISÃO
FINAL



OBRIGADO!

ESTRATÉGIA OAB





1ª FASE - OAB 44

REVISÃO FINAL

2 semanas de conteúdo gratuito
para alcançar **40 pontos sem
perder tempo.**

ESTRATÉGIA OAB

ESTRATÉGIA OAB

